



Simulado Final

TJ PE

Oficial De Justiça
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-PE**, cargo de **Oficial de Justiça**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/ghVRzTEtTqkFgtMA9>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 - A B C D | 13 - A B C D | 25 - A B C D | 37 - A B C D | 49 - A B C D |
| 02 - A B C D | 14 - A B C D | 26 - A B C D | 38 - A B C D | 50 - A B C D |
| 03 - A B C D | 15 - A B C D | 27 - A B C D | 39 - A B C D | 51 - A B C D |
| 04 - A B C D | 16 - A B C D | 28 - A B C D | 40 - A B C D | 52 - A B C D |
| 05 - A B C D | 17 - A B C D | 29 - A B C D | 41 - A B C D | 53 - A B C D |
| 06 - A B C D | 18 - A B C D | 30 - A B C D | 42 - A B C D | 54 - A B C D |
| 07 - A B C D | 19 - A B C D | 31 - A B C D | 43 - A B C D | 55 - A B C D |
| 08 - A B C D | 20 - A B C D | 32 - A B C D | 44 - A B C D | 56 - A B C D |
| 09 - A B C D | 21 - A B C D | 33 - A B C D | 45 - A B C D | 57 - A B C D |
| 10 - A B C D | 22 - A B C D | 34 - A B C D | 46 - A B C D | 58 - A B C D |
| 11 - A B C D | 23 - A B C D | 35 - A B C D | 47 - A B C D | 59 - A B C D |
| 12 - A B C D | 24 - A B C D | 36 - A B C D | 48 - A B C D | 60 - A B C D |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/FCh5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***INTRODUÇÃO**

Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, os administradores coloniais franceses organizavam sessões de cinema na África. O objetivo, é claro, era divertir, proporcionar o entretenimento da moda, mas também demonstrar às populações africanas subjugadas a incontestável supremacia das nações brancas. O cinema, invenção recente dentre muitas do Ocidente industrializado, era o produto de um encontro histórico entre teatro, fotografia e toda uma série de progressos técnicos. Assim, ajudava a exaltar as qualidades da civilização branca de classe média que lhe deu origem. Estendia-se um lençol entre duas estacas, preparava-se cuidadosamente o misterioso aparelho e, de repente, na noite seca da selva africana, surgiam figuras em movimento.

Importantes personalidades africanas e líderes religiosos, convidados para essas apresentações, quase não podiam se recusar a comparecer: tal falta de tato seria certamente interpretada como inamistosa ou até rebelde. Então iam, levando seus servidores. Mas como esses dignitários eram, na maioria, muçulmanos, uma antiga e severa tradição proibia-os de representar a forma e a face humana, criações de Deus. Seria essa velha proibição também aplicável a essa nova forma de representação?

Alguns fiéis achavam sinceramente que sim. Diplomaticamente, aceitavam os convites oficiais, apertavam as mãos dos franceses e ocupavam os lugares que lhes eram reservados. Quando as luzes se apagavam e os primeiros feixes luminosos bruxuleavam do curioso aparelho, fechavam os olhos e os conservavam fechados durante todo o espetáculo. Estavam lá e não estavam. Faziam-se presentes, mas nada viam. Frequentemente, eu imaginava que filme seria esse, sem imagem, nem som, que eles viam atrás daquelas pálpebras africanas? As imagens nos perseguem mesmo quando fechamos os olhos. Não podemos escapar delas nem apagá-las. No caso dos africanos, o que estava sendo visto? Por quem? E como?

Às vezes, acho que nós também não somos muito diferentes daqueles muçulmanos da África quando

vemos um filme. Ao contrário deles, conservamos nossos olhos abertos no escuro, ou pensamos fazer isso. Mas será que não abrigamos, no fundo de nós mesmos, algum tabu, ou hábito, ou incapacidade, ou obsessão, que nos impede de ver o todo ou uma parte do audiovisual que cintila fugazmente diante de nós?

Há quem ache que, num museu, a gente deveria passar o mais rápido possível de um quadro para outro, nunca permitindo que uma estimulante e poderosa impressão dê lugar a uma fria análise. Alguns mestres nos aconselham até a não ler livros, mas simplesmente ouvir os outros falarem sobre eles. Tais paradoxos dificilmente se aplicam ao cinema. É claro que eu posso decidir ver apenas parte de um filme, posso sair do cinema; ou posso ficar para ver o filme de novo. Mas não posso vê-lo mais devagar ou menos devagar do que as pessoas à minha volta. Estamos viajando no mesmo trem.

(CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Tradução de Fernando Albagli e Benjamin Albagli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 9-10. *Adaptado*.)

1. Com relação à interpretação do texto, analise as afirmativas a seguir e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).
 - () Os administradores coloniais franceses utilizavam o cinema como uma forma de lazer, além da pretensão ideológica.
 - () A resistência silenciosa de alguns líderes muçulmanos à exibição cinematográfica revela que a imposição cultural europeia não foi aceita de modo homogêneo.
 - () O autor considera que os espectadores africanos, ao fecharem os olhos durante o filme, se isentavam completamente de qualquer influência das imagens projetadas.
 - () O texto sugere que a experiência cinematográfica, tanto para africanos quanto para ocidentais, pode ser mediada por limitações pessoais, tradições ou hábitos, que impedem uma fruição plena.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V – V – F – F
- b) F – F – V – V
- c) V – F – F – V
- d) V – V – F – V

2. De acordo com o último parágrafo do texto, a metáfora do trem sugere que:

- a) a experiência cinematográfica depende menos do tempo de exibição e mais da disposição individual de cada espectador em interpretá-lo.
- b) no cinema, cada espectador pode ajustar livremente o ritmo da experiência de acordo com sua interpretação individual.
- c) todos os espectadores estão sujeitos ao mesmo percurso e à mesma cadência, não podendo alterar individualmente a velocidade da exibição.
- d) no cinema, o fator determinante não é a cadência fixa das imagens, mas a interpretação subjetiva que cada espectador constrói a partir delas

3. Considere esta passagem retirada do terceiro parágrafo:

“Alguns fiéis achavam sinceramente que sim. Diplomaticamente, aceitavam os convites oficiais, apertavam as mãos dos franceses e ocupavam os lugares que lhes eram reservados. Quando as luzes se apagavam e os primeiros feixes luminosos bruxuleavam do curioso aparelho, fechavam os olhos e os conservavam fechados durante todo o espetáculo.”

De acordo com a tipologia textual predominante neste trecho, pode-se afirmar que se trata de um texto:

- a) expositivo, pois o trecho explica detalhadamente o funcionamento do cinema colonial francês e suas implicações culturais.
- b) narrativo, pois descreve a sequência de ações realizadas pelos fiéis durante a exibição do filme.
- c) argumentativo, pois o autor procura convencer o leitor sobre a impossibilidade dos fiéis de absorverem o conteúdo do filme.
- d) descriptivo, pois o foco principal está na atmosfera, nas sensações e nas atitudes dos espectadores

4. Na oração: “...os primeiros feixes luminosos bruxuleavam do curioso aparelho...”, assinale a alternativa INCORRETA, em relação ao significado da palavra grifada:

- a) oscilavam
- b) turvavam
- c) cintilavam
- d) tremulavam

5. Considere o período: *“Mas como esses dignitários eram, na maioria, muçulmanos, uma antiga e severa tradição proibia-os de representar a forma e a face humana, criações de Deus.”*

Em relação ao uso da vírgula, analise as afirmativas abaixo.

- I. A expressão “na maioria” está isolada por vírgulas porque funciona como aposto.
- II. A vírgula após “muçulmanos” é dispensável.
- III. Usa-se vírgula antes de “criações de Deus”, pois se trata de uma expressão exemplificativa.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) I apenas

6. Dentre as alternativas, assinale aquela que justifica corretamente o emprego ou a ausência do sinal grave indicativo de crase.

- a) “Seria essa velha proibição também aplicável a essa nova forma...” (2º§) / uso facultativo.
- b) “As vezes, acho que nós também não somos...” (4º§) / crase no plural.
- c) “... poderosa impressão dê lugar a uma fria análise.” (5º§) / emprego proibido.
- d) “... do que as pessoas à minha volta.” (5º§) / regência nominal

- 7.** Analise as afirmativas abaixo.
- I. Apenas eu posso decidir ver parte de um filme.
II. Eu posso decidir apenas ver parte de um filme.
III. Eu posso apenas decidir ver parte de um filme.
IV. Eu apenas posso decidir ver parte de um filme.
- Assinale a alternativa que contenha o mesmo sentido de limitação quanto à ação de assistir ao filme inteiro ou parte dele.
- a) I.
b) II.
c) II e III.
d) III e IV.
- 8.** Ao considerar a oração *"Tais paradoxos dificilmente se aplicam ao cinema."* (5º§), nota-se que o vocábulo **"se"** confere à ação verbal um sentido diferente na oração:
- a) "Nos anos que **se** seguiram à Primeira Guerra Mundial..." (1º§)
b) "... quase não podiam **se** recusar a comparecer..." (2º§)
c) "... preparava-**se** cuidadosamente o misterioso aparelho..." (1º§)
d) "Faziam-**se** presentes, mas nada viam." (3º§)
- 9.** Os pronomes relativos exercem função sintática nas orações a que pertencem. Assinale a alternativa que apresenta a função exercida pelo pronomes relativos no trecho *"que nos impede de ver o todo"* (4º§).
- a) Sujeito.
b) Objeto direto.
c) Adjunto adverbial.
d) Aposto
- 10.** *"As imagens nos perseguem mesmo quando fechamos os olhos."* (3º§) – A expressão em destaque se classifica como _____ e pode ser substituída pela expressão "_____ " sem alteração de sentido.
- Assinale a alternativa que preencha corretamente as lacunas.
- a) locução conjuntiva subordinativa concessiva; "ainda que fechamos".
b) locução conjuntiva subordinativa condicional; "caso fechamos".
c) locução conjuntiva subordinativa temporal; "assim que fechamos".
d) locução conjuntiva subordinativa consecutiva; "de modo que fechamos"
-
- ### RACIOCÍNIO LÓGICO
- Carlos Henrique**
- 11.** Considere a seguinte afirmação:
Haroldo é casado ou Lúcia é solteira.
- Uma equivalência lógica para a proposição apresentada está contida na alternativa:
- a) Se Haroldo não é casado, então Lúcia é solteira.
b) Haroldo e Lúcia são solteiros.
c) Se Haroldo é solteiro, então Lúcia é casada.
d) Se Haroldo é casado, então Lúcia não é solteira.
- 12.** Sabe-se que a sentença "Se o sapo é preto, então a morsa é preta ou o cachorro é preto" é FALSA. É correto concluir que
- a) o sapo é preto, a morsa não é preta e o cachorro não é preto.
b) o sapo é preto, a morsa é preta e o cachorro não é preto.
c) o sapo é preto, a morsa é preta e o cachorro é preto.
d) o sapo não é preto, a morsa não é preta e o cachorro não é preto.

13. Considere a sequência infinita ABCDEDABCDEDABCDED... A 2001^a e a 2002^a letras dessa sequência são, respectivamente:

- a) AB;
- b) BC;
- c) CD;
- d) DE;

14. Um bom almoço é composto por duas unidades de proteína, duas unidades de carboidrato, uma unidade de salada e uma unidade de sobremesa. As proteínas disponíveis são bife de alcatra, bife de filé mignon, filé de frango grelhado, bacalhau ou filé de tilápia grelhado. Os carboidratos, arroz branco, arroz maluco, batata ou macarrão. As saladas podem ser de folhas, de cebola ou de tomate. E para a sobremesa tem melancia, manga ou gelatina. Assinale a alternativa que apresenta o número de almoços distintos que podem ser montados.

- a) 240
- b) 360
- c) 480
- d) 540

15. Em um pote existem 10 bolas coloridas: 4 vermelhas, 3 azuis e 3 roxas. Serão retiradas 2 bolas sem reposição. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de tirar duas bolas de cores diferentes.

- a) 12/15
- b) 10/15
- c) 11/15
- d) 1/15

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

16. Imagine que um município seja atingido por um desastre natural que cause a destruição de pontes, estradas e parte da rede elétrica. Para restabelecer a infraestrutura e garantir a segurança da população, a Administração Pública adota medidas emergenciais, tais como: (i) evacuação de moradores em áreas de risco e desapropriação de imóveis para construção de barreiras de contenção, (ii) contratação direta, com dispensa de licitação, de empresas para obras urgentes de reconstrução de vias e restabelecimento de serviços essenciais e (iii) requisição de máquinas e veículos particulares para apoio às equipes de resgate e limpeza. É correto afirmar, nessa situação, que a conduta da Administração busca efetivar diretamente o princípio da:

- a) moralidade.
- b) legalidade.
- c) probidade administrativa.
- d) supremacia do interesse público.

17. Enquanto os _____ são eventos que repercutem efeitos jurídicos sem manifestação de vontade, o _____ consiste na manifestação unilateral de vontade da Administração voltada a produzir efeitos jurídicos imediatos. Além disso, o _____ representa o ajuste celebrado entre a Administração e um particular, contendo cláusulas exorbitantes que evidenciam a supremacia do interesse público. Por fim, o _____ é o conjunto ordenado de atos destinados à formação de uma decisão administrativa. Assinale a alternativa correta:

- a) fatos da Administração ... ato administrativo ... contrato administrativo ... processo administrativo
- b) fatos administrativos ... ato legislativo ... contrato administrativo ... processo administrativo
- c) fatos administrativos ... ato administrativo ... contrato administrativo ... processo administrativo
- d) atos administrativos ... fato administrativo ... contrato administrativo ... processo administrativo

18. Durante uma inspeção sanitária, um agente público determina aplica sanções. Mesmo sem a concordância do proprietário do estabelecimento, a ordem deve ser prontamente cumprida, impondo obrigações diretamente ao particular. Trata-se do atributo do ato administrativo denominado:

- a) autoexecutoredade.
- b) veracidade.
- c) imperatividade.
- d) tipicidade.

19. Quando a Administração avalia se deve conceder determinada licença, com base na conveniência e na oportunidade administrativas previstas em lei, ou escolhe, entre diversas opções, o local mais adequado para implantar um novo serviço público, o poder exercido nessa situação denomina-se poder:

- a) vinculado.
- b) regulamentar.

- c) discricionário.
- d) disciplinar.

20. São unidades integrantes da estrutura do Estado, criadas por meio da desconcentração administrativa, subordinadas hierarquicamente e essenciais à execução das funções públicas. Tais unidades não dispõem de personalidade jurídica própria, nem de patrimônio ou autonomia financeira, agindo em nome da pessoa jurídica a que pertencem. É correto afirmar que o trecho apresentado se refere:

- a) às agências reguladoras.
- b) às fundações públicas.
- c) às sociedades de economia mista.
- d) aos órgãos públicos.

21. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), analise as afirmativas abaixo:

- I. Configura-se o dolo quando o agente atua com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito previsto na norma.
- II. As disposições da LIA são aplicáveis ao terceiro que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- III. Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que tiver conhecimento dos fatos deve representar ao Tribunal de Contas competente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão corretas.
- c) Somente a afirmativa I está correta.
- d) Somente as afirmativas II e III estão corretas.

22. Uma secretária municipal constata que determinado alvará expedido apresenta um vício grave de ilegalidade e, por isso, decide retirar seus efeitos. Em outra situação, um alvará validamente concedido mostra-se, com o tempo, contrário ao interesse público superveniente, o que leva à cessação de seus efeitos apenas para o futuro. Trata-se, respectivamente:

- a) revogação do primeiro ato e anulação do segundo.
- b) convalidação do primeiro ato e revogação do segundo.
- c) anulação do primeiro ato e revogação do segundo.
- d) revogação de ambos os atos.

23. Visando resguardar a segurança e a ordem públicas, determinado Município edita normas restringindo o horário de funcionamento de bares e casas noturnas e aplica sanções aos estabelecimentos que descumprirem as regras. O poder administrativo exercido nessa situação é o poder:

- a) disciplinar.
- b) de polícia.
- c) regulamentar.
- d) hierárquico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

24. De acordo com o Título IX da CF “Das Disposições Constitucionais Gerais”, assinale a alternativa correta sobre a desapropriação de propriedades rurais e urbanas:

- a) As propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo serão expropriadas, com indenização ao proprietário, desde que este comprove não ter conhecimento das atividades ilícitas.

b) As propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas exclusivamente à reforma agrária, sem qualquer indenização ao proprietário.

c) As propriedades rurais e urbanas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário, observado o disposto no art. 5º da Constituição Federal.

d) Apenas as propriedades rurais onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão expropriadas, enquanto as propriedades urbanas não estão sujeitas a essa medida, conforme o artigo 243 da Constituição Federal.

25. Um Estado da Federação, preocupado com a entrada de veículos estrangeiros em seu território, edita lei determinando que todo carro importado só poderá circular mediante autorização prévia do Departamento Estadual de Comércio Exterior.

Considerando as regras constitucionais sobre repartição de competências, essa lei estadual é:

- a) constitucional, pois os Estados têm competência para legislar sobre trânsito e transporte em seus territórios.
- b) inconstitucional, pois legislar sobre comércio exterior é competência privativa da União.
- c) constitucional, pois se trata de competência concorrente entre União e Estados.
- d) inconstitucional, pois apenas os Municípios podem legislar sobre circulação de veículos em seu território.

26. O Presidente da República, diante de situações consideradas urgentes e relevantes, editou três medidas provisórias distintas:

- I. A primeira institui novas regras para a nacionalidade brasileira, prevendo hipóteses de perda automática da nacionalidade em caso de condenação criminal por tribunal estrangeiro.
- II. A segunda dispõe sobre a abertura de créditos extraordinários para enfrentamento de desastre ambiental, com vigência imediata.
- III. A terceira altera normas sobre direito processual penal, estabelecendo novos prazos para recursos em processos criminais.

Após a publicação, as medidas provisórias foram encaminhadas ao Congresso Nacional, que, por meio de comissão mista de deputados e senadores, emitiu parecer sobre cada uma. A Câmara dos Deputados iniciou a votação, mas, passados 45 dias, apenas a segunda medida provisória foi apreciada. As demais permaneceram sem deliberação, e o prazo de 60 dias da publicação se esgotou sem votação final.

Considerando a sistemática constitucional sobre medidas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as medidas provisórias perderão eficácia automaticamente após 60 dias, salvo a segunda, que poderá ser convertida em lei, pois trata de matéria permitida e foi apreciada no prazo.
- b) A primeira e a terceira medidas provisórias são válidas, pois a urgência e relevância justificam a adoção de qualquer matéria por medida provisória em situações excepcionais.
- c) Apenas a segunda medida provisória poderia ser editada e convertida em lei, pois trata de matéria permitida (créditos extraordinários), enquanto as demais versam sobre matérias vedadas à medida provisória.
- d) As três medidas provisórias poderão ser reeditadas na mesma sessão legislativa, caso sejam rejeitadas ou percam eficácia por decurso de prazo, desde que haja nova justificativa de urgência.

27. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;

28. A respeito do título da Ordem Social, assinale a alternativa correta:

- a) É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional;
- b) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em instituições públicas de fácil acesso.
- c) O patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- d) A definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos depende de lei em sentido estrito.

29. Os direitos territoriais de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. Sobre esses direitos, assinale a alternativa correta:

- a) As comunidades indígenas possuem direito exclusivo à propriedade definitiva das terras que ocupam, cabendo ao Estado emitir os títulos respectivos.
- b) As comunidades quilombolas têm direito à propriedade definitiva das terras que ocupam, sendo responsabilidade do Estado emitir os títulos de propriedade.
- c) Tanto as comunidades indígenas quanto as quilombolas possuem direito à propriedade definitiva das terras que ocupam, sem necessidade de qualquer intervenção estatal.
- d) Os direitos territoriais de indígenas e quilombolas dependem de regulamentação por lei complementar para serem efetivados.

30. Joana, maior de idade e em pleno gozo de suas faculdades mentais, é integrante da religião Testemunhas de Jeová. Ela foi internada em um hospital público após um grave acidente de carro e, como parte do tratamento, os médicos recomendaram uma transfusão de sangue imediata para salvar sua vida. Entretanto, Joana recusou a transfusão, afirmando que esse procedimento violava os princípios de sua religião e sua autonomia pessoal.

Diante do impasse, a equipe médica entrou com uma ação judicial de urgência para que fosse autorizada a transfusão, alegando que o direito à vida é absoluto e que eles teriam a obrigação de salvá-la, independentemente de sua vontade. Durante o julgamento, o juiz decidiu em favor de Joana, destacando que sua recusa era legítima e que outros tratamentos alternativos deveriam ser providenciados.

Com base nos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal e no entendimento do STF, assinale a afirmativa correta:

- a) A decisão do juiz está equivocada, pois o direito à vida é absoluto e deve prevalecer sobre qualquer manifestação de autonomia ou liberdade religiosa de Joana.
- b) A liberdade religiosa e a autonomia individual de Joana são direitos fundamentais extremamente importantes, mas podem ser restringidos em casos onde a vida está em risco, desde que haja autorização judicial para tanto.
- c) O STF já decidiu que os membros de qualquer religião podem recusar procedimentos médicos, inclusive em situações que coloquem vidas de terceiros em risco, com base na liberdade de crença.
- d) Joana, sendo maior e capaz, tem o direito de recusar procedimentos médicos, incluindo transfusões de sangue, com base em sua autonomia individual e liberdade religiosa, cabendo ao Estado, no caso do SUS, garantir os tratamentos alternativos disponíveis.

31. A Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes para a aplicação de recursos públicos pelos partidos políticos, com o objetivo de promover ações afirmativas e ampliar a participação política de grupos sub-representados. Sobre essas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha na criação e manutenção de programas voltados à participação política das mulheres.
- b) O tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão destinado às candidatas deve ser proporcional ao número de candidatas, sendo de, no mínimo, 30%, conforme critérios definidos pelos partidos.
- c) Os partidos políticos são obrigados a destinar, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para candidaturas de pessoas pretas e pardas, em qualquer circunscrição eleitoral.
- d) Os partidos políticos têm autonomia para decidir a aplicação de recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, sem a obrigatoriedade de atender a critérios de ações afirmativas.

DIREITO CIVIL*Cadu Carrilho*

32. A respeito das pessoas naturais, marque a correta:

- a) São incapazes de exercer plenamente os atos da vida civil os que possuem alguma deficiência física ou mental.
- b) É considerado relativamente incapaz o jovem de dezenas anos de idade, ainda que já esteja casado.
- c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) É válida, com objetivo científico, comercial ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

33. As pessoas jurídicas classificam-se:

- a) São pessoas jurídicas de direito privado os empreendimentos de economia solidária.
- b) São pessoas jurídicas de direito privado as associações públicas.
- c) São pessoas jurídicas híbridas as associações;
- d) São pessoas jurídicas de direito público os partidos políticos.

34. Violado o direito, nasce a pretensão que se extingue com a prescrição, a respeito desse tema, marque a correta:

- a) Nunca corre a prescrição entre ascendentes e descendentes.
- b) Não corre a prescrição contra os relativamente incapazes.
- c) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

35. A classificação que determina regras sobre bens públicos está prevista no Código Civil marque a alternativa que não condiz com a lei:

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; e os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; e os dominicais.
- c) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, já os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) Os bens públicos dominicais estão sujeitos a usucapião.

36. Sobre a responsabilidade civil extracontratual, marque a que está de acordo com a lei:

- a) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se comprovado que teve culpa ou força maior.
- c) O dono de edifício ou construção sempre responde pelos danos que resultarem de sua ruína, pois a conservação do prédio é de sua responsabilidade.
- d) O proprietário do imóvel responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

37. Analise os itens que dão validade ao negócio jurídico e depois marque a correta:

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

- I - agente capaz;
- II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;
- III - forma prescrita ou não defesa em lei.
- IV - documento escrito.

São requisitos de validade:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

38. Sobre as respostas do réu, assinale a alternativa correta.

- a) O ônus da impugnação especificada dos fatos é aplicado aos advogados dativos.
- b) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.
- c) O réu pode propor reconvenção, desde que ofereça contestação.
- d) Depois da contestação, não se admite ao réu que deduza novas alegações, ainda que relativas a direito superveniente.

39. No Julgamento Antecipado Parcial do Mérito é correto afirmar que:

- a) é impugnável por apelação.
- b) não pode reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- c) para executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, exige-se a prestação de caução.
- d) o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito pode ser processado em autos suplementares.

- 40.** Na produção de prova testemunhal, é certo que
- a) As perguntas que o juiz indeferir serão transcritas no termo, ainda que a parte não requeira.
 - b) Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.
 - c) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do réu e depois as do autor.
 - d) O juiz somente poderá inquirir a testemunha depois da inquirição feita pelas partes.

- 41.** No tocante ao processo de execução, assinale a alternativa correta.

- a) O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.
- b) O exequente pode cumular várias execuções, desde que fundada no mesmo título.
- c) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento.
- d) A necessidade de simples operações aritméticas para apurar o crédito exequendo retira a liquidez da obrigação constante do título.

- 42.** Quando, ao tempo da alienação ou da oneração, trimitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência, a alienação ou a oneração de bem é considerada _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna, de acordo com o Código de Processo Civil.

- a) Simulação processual.
- b) Colusão.
- c) Fraude à execução.
- d) Conluio.

- 43.** Com relação aos recursos, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda se distintos ou opositos os seus interesses.
- b) Exige-se o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.
- c) O equívoco no preenchimento da guia de custas implicará de imediato a aplicação da pena de deserção.
- d) A insuficiência no valor do preparo implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

- 44.** Conforme dispõe o Código Penal, afasta a imputabilidade penal:

- a) A embriaguez voluntária causada por álcool ou substâncias de efeito semelhante.
- b) Os estados emocionais de paixão ou de forte emoção.
- c) A embriaguez culposa decorrente do uso de álcool ou substâncias análogas.
- d) A embriaguez completa resultante de caso fortuito ou força maior, quando, no momento da conduta, o agente estava totalmente incapaz de compreender o caráter ilícito do fato ou de agir conforme esse entendimento.

45. A respeito da Teoria do Erro de Tipo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo penal afasta o dolo, mas permite a responsabilização por crime culposo, se houver previsão legal.
- b) O erro de tipo accidental pode ser classificado em: erro sobre o objeto (error in objeto), erro sobre a pessoa (error in persona), aberratio ictus, aberratio criminis e aberratio causae.
- c) O erro em relação à identidade da vítima não exclui a pena; entretanto, o agente responderá de acordo com as condições da pessoa efetivamente atingida.
- d) Há erro sobre o nexo causal quando, por exemplo, o agente tenta matar a vítima por afogamento, mas ao jogá-la de uma ponte, ela morre em razão do impacto e traumatismo sofrido.

46. No tocante ao concurso de pessoas no Direito Penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O Código Penal adota, como regra geral, a teoria pluralista.
- b) O sistema jurídico nacional segue a teoria da hiperaccessoriedade quanto à responsabilidade do partícipe.
- c) É considerado autor imediato aquele que utiliza, como instrumento da prática delitiva, pessoa inimputável.
- d) A denominada participação negativa não configura hipótese de concurso de pessoas.

47. Aquele que modifica, falsifica ou utiliza de forma indevida emblemas, logotipos, siglas ou quaisquer sinais distintivos empregados por órgãos ou entidades da Administração Pública estará sujeito à mesma pena prevista para o crime de:

- a) Reprodução ou modificação indevida de selo ou peça filatélica.
- b) Falsidade ideológica.
- c) Falsificação de papéis de natureza pública.
- d) Falsificação de selo ou sinal público.

48. João, servidor público, em razão das atribuições de seu cargo, tem acesso a informações sigilosas e as divulga indevidamente, ocasionando prejuízo à Administração Pública. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) Não se configura crime, mas apenas falta disciplinar de natureza administrativa.
- b) João cometeu o crime de violação do sigilo de proposta em procedimento licitatório.
- c) João incorreu no crime de violação de sigilo funcional em sua forma simples.
- d) João incorreu no crime de violação de sigilo funcional em sua forma qualificada.

49. Carla é dona de uma lanchonete na cidade X. Em conversa com seu conhecido Bruno, comenta que pretende solicitar à prefeitura o alvará de funcionamento de seu estabelecimento. Bruno então afirma que possui um amigo no setor competente e pede a Carla a quantia de R\$ 1.200,00 para acelerar o processo. Carla concorda e entrega o valor. No dia seguinte, Bruno vai até a prefeitura, oferece R\$ 600,00 ao servidor e solicita que este dê celeridade à expedição do documento. Nessa situação, Bruno praticou o crime de:

- a) Tráfico de influência.
- b) Corrupção ativa.
- c) Corrupção ativa com causa de aumento de pena.
- d) Advocacia administrativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

50. Acerca da ação penal e do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa-crime passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, com preferência para os ascendentes
- b) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção
- c) O cabimento da suspensão condicional do processo impede a celebração de acordo de não persecução penal
- d) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo Juiz, pelo investigado e pelo defensor

51. Analise as afirmativas a seguir:

- I – José, Juiz de Direito em determinado processo criminal, é amigo íntimo do acusado;
- II – Leonardo, Juiz de Direito em determinado processo criminal, é devedor de um dos acusados;
- III – Vitor, Juiz de Direito em determinado processo criminal, era cunhado da perita que atuou na fase de investigação criminal, pois foi casado com a irmã da perita; porém, apesar de dissolvido o casamento, dele sobrevieram descendentes.

Nesse caso, é correto afirmar que há impedimento APENAS nos casos indicados em:

- a) I
- b) III
- c) I e II
- d) II e III

52. José foi denunciado pelo MP pela prática, em tese, do crime de extorsão simples (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa). Ordenada a citação de José, o Oficial de Justiça certificou que o acusado não mais residia no local, estando em local incerto e não sabido, segundo informações prestadas por vizinhos. Esgotadas as diligências para se obter o paradeiro do réu, deverá o Juiz:

- a) determinar a citação de José por edital, sendo desnecessária a transcrição da denúncia no edital de citação, sendo suficiente a mera indicação do dispositivo da lei penal violado
- b) determinar a citação de José por edital, sendo necessária a transcrição da denúncia no edital de citação ou pelo menos um resumo dos fatos em que se baseia, sob pena de nulidade
- c) suspender o processo e o curso do prazo prescricional
- d) determinar a citação do réu por edital e nomear defensor dativo ao acusado, para apresentação de resposta à acusação, ainda que o acusado compareça

53. Acerca da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória, assinale a alternativa **incorrecta**:

- a) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz de ofício a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público
- b) No caso de descumprimento de qualquer das medidas cautelares diversas da prisão, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva
- c) Na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto de prisão em flagrante delito, depois de prestado o compromisso legal
- d) Presentes os demais requisitos, a prisão preventiva será cabível nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos

54. No que tange aos recursos, assinale a alternativa incorrecta:

- a) O Ministério Público não poderá desistir do recurso que haja interposto
- b) Como regra geral, caberá recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de rejeição da denúncia ou queixa
- c) A parte nunca será prejudicada pela interposição de um recurso por outro
- d) Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra

55. No curso de processo criminal instaurado contra Felipe pela prática do crime de furto qualificado (pena: reclusão, de 02 a 08 anos e multa), a defesa requereu ao juízo o reconhecimento da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva. O Juízo acolheu a tese, reconheceu a prescrição e declarou extinta a punibilidade. Caso pretenda impugnar a decisão, o MP deverá:

- a) Interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- b) Interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 04 dias
- c) Interpor recurso de apelação, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas no prazo de 08 dias
- d) Interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

LEGISLAÇÃO - RESOLUÇÃO N° 395/2017; LEI COMPLEMENTAR N° 100/2007 - CAPÍTULO I - ARTIGOS DE 17º A 47º; LEI ESTADUAL N° 6.123/1968; RESOLUÇÃO CNJ N° 185/2013 E LEI N° 11.419/2006

Tiago Zanolla

56. Durante uma semana de imersão institucional no TJPE, servidores foram incentivados a apresentar propostas de melhoria para os serviços de atendimento ao público. Uma das ideias mais bem avaliadas foi a criação de um sistema que usa inteligência artificial para auxiliar usuários no preenchimento de petições iniciais simples. No relatório final da equipe, conforme estipulado na Resolução CNJ N° 395/2021, essa iniciativa foi apontada como um exemplo de:

- a) colaboração, por envolver diversos setores na concepção do projeto.
- b) foco no usuário, por priorizar a experiência e necessidade do jurisdicionado.
- c) sustentabilidade socioambiental, por reduzir o uso de papel.
- d) acessibilidade, por facilitar o acesso de pessoas com deficiência visual.

57. Durante inspeção em uma unidade judiciária do interior, um Juiz Corregedor do TJPE identificou fortes indícios de que um juiz substituto estaria determinando, sem qualquer amparo legal ou decisão colegiada, a quebra do sigilo de comunicações de partes em processos cíveis. Considerando a gravidade da conduta, decidiu lavrar relatório detalhado, imediatamente remetido à Corregedoria Geral da Justiça.

Paralelamente, a Corregedoria comunicou à CEJA que, naquela mesma comarca, uma adoção internacional havia sido concedida sem a juntada do laudo de habilitação, o que acendeu alerta sobre a ausência de controle centralizado nas ações de adoção.

Diante do caso descrito e da normatividade aplicável, é correto afirmar que:

- a) Apenas o Corregedor-Geral pode se deslocar às unidades judiciais para averiguar fatos funcionais, vedada essa atribuição aos Juízes Corregedores.
- b) O Juiz Corregedor excedeu suas atribuições ao agir de forma autônoma, pois não poderia relatar fatos diretamente à Corregedoria Geral.
- c) A ausência de laudo de habilitação em adoção internacional indica descumprimento de atribuição exclusiva da CEJA, vinculada à Corregedoria Geral.
- d) O juiz substituto só poderia ser investigado por instância disciplinar superior se houvesse provocação prévia da Presidência do TJPE.

58. Durante auditoria interna no TJPE, verificou-se que diversos documentos foram inseridos nos autos do processo eletrônico por servidores que não observaram a correta distinção entre documentos digitalizados e documentos digitais, o que comprometeu a rastreabilidade e a confiabilidade de parte do conteúdo. À luz da Resolução CNJ nº 185/2013, a distinção correta entre essas categorias é:

- a) Documentos digitalizados são aqueles produzidos em meio físico e convertidos para o digital; documentos digitais são os que foram assinados digitalmente.
- b) Documentos digitalizados são metadados criptografados; documentos digitais são documentos armazenados em meio físico e digital.
- c) Documentos digitalizados são originalmente digitais e transformados em imagem para leitura em PDF; documentos digitais são imagens impressas.
- d) Documentos digitalizados são reproduções de documentos físicos convertidos para o meio digital; documentos digitais são produzidos originalmente em ambiente digital.

59. Ao elaborar um plano de contingência para o funcionamento do PJe durante quedas de conexão com a internet, a equipe técnica do TJPE questionou se, para fins legais, a transmissão de petições poderia ser realizada em outras redes de comunicação, fora da internet. À luz da Lei nº 11.419/2006, é correto afirmar que:

- a) a transmissão de petições processuais somente é válida se feita por rede segura institucional interna.
- b) é obrigatória a utilização exclusiva da rede mundial de computadores para qualquer ato processual eletrônico.
- c) a transmissão eletrônica pode ser feita por qualquer rede de comunicação, sendo a internet apenas preferencial.
- d) a lei não admite transmissão eletrônica fora do ambiente PJe, ainda que em rede local.

LEGISLAÇÃO - LEI N° 14.133/21*Rodrigo Bet*

60. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando a Administração Pública pretende contratar serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que não seja possível fazer a competição, trata-se de hipótese de

- a) pregão.
- b) inexigibilidade de licitação.
- c) concorrência.
- d) dispensa de licitação.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...). Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova de Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>